

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*

LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*

WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*

DACIO MALTA — *Editor*

ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

## Perigos no Horizonte

Os números da inflação apontam resultados favoráveis, surpreendendo as habituais previsões catastróficas formuladas pelos economistas para o cenário posterior à gestão da ministra Zélia Cardoso de Mello. Mas, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao mesmo tempo em que alimenta a expectativa de que a recessão tenha chegado ao fundo do poço, não considera saudável a economia brasileira fazer uma guinada de 180 graus, para pisar no acelerador.

Como estudioso dos programas de estabilização aplicados no Brasil e no exterior, o embaixador não tem ilusões de que os preços podem voltar a subir rapidamente se houver desequilíbrios súbitos na oferta e na demanda da economia, por razões de descontrole das políticas monetária e fiscal. O governo não vai descuidar da estabilização.

O realismo do ministro é fundamental nesse momento de transição da economia brasileira. O governo abandonou a postura de confronto com a sociedade e os agentes econômicos dos últimos 14 meses. Mas a estabilização está apenas começando a dar sinais de que ocorre sem a necessidade da interferência absoluta do governo no domínio econômico.

É preciso, portanto, que a sociedade brasileira capte corretamente o significado da gestão suave na economia. O cerne da inflação brasileira continua sendo o desequilíbrio fiscal. O governo federal fez um admirável esforço de contenção de gastos e de aumento de receita no ano passado. Mas o equilíbrio continua bastante precário.

Sobretudo, porque os demais componentes do déficit público — as contas da Previdência Social, o orçamento das estatais e as finanças dos estados e municípios — não seguem o mesmo desempenho. As inúmeras fraudes na Previdência Social mostram como eram deficientes os controles de receitas e despesas. Nas estatais, os efeitos do tarifaço de 31 de janeiro começam a ser diluídos pelos aumentos de custos. Se o congelamento das tarifas e preços se prolongar por mais tempo, logo voltarão os déficits operacionais nos sistemas Siderbrás, Eletrobrás, Telebrás e Petrobrás. Tudo isso, no entanto, está sob a administração direta do governo federal, que, certamente, saberá agir na hora certa.

Resta o problema mais grave do equilíbrio fiscal dos estados e municípios. Os novos governadores assumiram em 15 de março e encontraram as finanças estaduais arrasadas, pelo excesso de gastos em obras de cunho eleitoral e contratações feitas pelos antecessores. Praticamente não havia exceção. No próprio dia de sua posse, o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury

Filho, firmou protocolo com a então ministra da Economia para renegociar a gigantesca dívida mobiliária do estado, que ameaçava quebrar o Banespa.

O Rio de Janeiro foi o estado seguinte a renegociar a dívida em títulos. Os 14 estados que têm títulos girando no mercado financeiro, tinham uma dívida mobiliária conjunta de Cr\$ 2,5 trilhões no último dia 16 de maio, segundo os dados do Banco Central. As prefeituras do Rio e de São Paulo deviam mais Cr\$ 190 bilhões.

Nem todas essas dívidas estão vencidas. Com austeridade nos gastos e maior esforço na arrecadação fiscal, os estados poderiam melhorar muito o perfil do endividamento, resgatando alguns papéis. Mas as dificuldades para o giro dessas posições vieram à tona com a criação dos fundos e as restrições às operações *overnight* depois de 1º de março. As pressões dos estados sobre o Banco Central podem afetar irremediavelmente a austeridade monetária até aqui obtida.

As dívidas dos estados e municípios com os bancos oficiais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal, principalmente) são também gigantescas. Só a Bahia deve US\$ 1,2 bilhão à CEF, segundo as contas da própria instituição (US\$ 600 milhões, segundo o governo baiano). A Eletrobrás tem bilhões de dólares a receber das concessionárias estaduais. Os débitos contra o FGTS e o INSS também são gigantescos.

O ciúme dos governadores do Nordeste contra o tratamento dispensado por Brasília ao Rio, e as pressões feitas sobre o presidente da República para a rolagem de suas dívidas e a liberação de verbas para obras e projetos, como o Minha Gente, evidenciam que o governo federal precisará exercitar muito o entendimento para convencer os governadores a seguir os passos da austeridade praticada por Brasília.

Se prevalecerem, mais uma vez, os interesses eleitoreiros imediatistas e o tradicional clientelismo dos políticos que costumam apoiar interessadamente os governos, a estabilização pode ir por água abaixo justamente no seu ponto nevrálgico: o excesso de gastos públicos, o mais poderoso fator de desequilíbrio entre oferta e demanda.

Em 1987, o economista Pêrsio Arida recusou continuar no governo porque calculava que a soma das demandas dos diversos setores da sociedade sobre os cofres do Tesouro e do Banco Central exigiria mais dois PIBs. Como era impossível dobrar a produção em curto prazo, previa a explosão da inflação, como ocorreu. A ameaça ainda está no ar.